

BRASIL BATE RECORDE DE QUEIMADAS EM 2019

Dados do Programa Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que, de janeiro a 22 de agosto de 2019, os satélites registraram o maior número de focos de queimadas no Brasil desde 2013. Se comparado com o mesmo período do ano passado, o aumento é de 82%. A Amazônia lidera em número de focos, com 52,5% do total. O Cerrado concentra 30,1%, seguido pela Mata Atlântica, com 10,9%.

O aumento das queimadas foi puxado pela explosão de focos de incêndio em cinco estados do país: Mato Grosso do Sul (+ 260% em relação a 2018); Rondônia (+ 198%); Pará (+ 188%); Acre (+ 176%); e Rio de Janeiro (+ 173%).

Em julho, o presidente Jair Bolsonaro desqualificou os dados de desmatamento divulgados pelo Inpe. Em agosto, ocorreram atos como o “dia de fogo”. Fazendeiros e grileiros queimaram uma área no sudoeste do Pará. Na ocasião, foi registrado aumento de 300% nos focos de incêndio em relação ao dia anterior, segundo o Inpe.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), organização científica não-governamental, os dados apontam que os dez municípios que tiveram mais focos de incêndios florestais em 2019 também são os que tiveram as maiores taxas de desmatamento.



PT ALERTA Retrocesso na política ambiental

Programas de combate ao desmatamento perdem relevância no governo Bolsonaro. Investimentos e custeio estão em queda

Em 2019, o orçamento do Ministério do Meio Ambiente foi de R\$ 3,275 bilhões. Mas, para 2020, primeiro elaborado no governo Bolsonaro pela equipe de Paulo Guedes, o orçamento é de R\$ 2,777 bilhões. Um corte equivalente a 15%. Para os recursos de custeio e investimento, o governo programou R\$ 804,4 milhões em 2019 e, para 2020, serão R\$ 502,7 milhões. Um corte de 38% que atinge programas de combate ao desmatamento e queimadas, além de ações realizadas pelo Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Os recursos de custeio e investimento do Ibama caíram de R\$ 368,3 milhões este ano para

R\$ 256 milhões na proposta orçamentária de 2020 – redução de 30%. Esse corte afeta ações como o do programa de Controle de Fiscalização Ambiental que teve o orçamento em 2019 de R\$ 102,9 milhões. Em 2020, serão R\$ 76,8 milhões, um corte de 25%. Este é o setor que combate o desmatamento ilegal, a pesca predatória e os garimpos clandestinos.

O ICMBio sofreu corte de 42% no orçamento de 2020. Os recursos passaram de R\$ 297 milhões em 2019 para R\$ 172 milhões. Isso resulta em cortes em setores estratégicos como criação e gestão de Unidades de Conservação, onde o corte foi de 39% para 2020. O orçamento para combate a incêndios sofreu corte de 53%.

Foto: Ricardo Stuckert



O presidente Jair Bolsonaro considera índios e quilombolas um obstáculo para o desenvolvimento do país e pretende reduzir as reservas indígenas. Imediatamente após esta declaração, grileiros derrubaram 4.200 hectares na reserva Karipuna em Rondônia. Ele insultou o cacique Raoni Mektutire (foto), candidato ao Prêmio Nobel da Paz em 2020.

E a violência não para. Nos últimos 9 meses foram assassinados 20 ativistas ambientais e houve quatro atentados contra grupos de vigilância do governo que atuam no combate ao desmatamento da Amazônia, conforme a ONG internacional Global Witness.

DESMONTE Ameaça vem do governo Bolsonaro, que dá guinada na agenda

Do enfraquecimento do Conama à queda das exportações brasileiras, política ambiental amplia desgaste no exterior e expõe país a riscos

CONAMA

O Conselho Nacional do Meio Ambiente é o órgão consultivo e deliberativo do sistema nacional do meio ambiente. É responsável pela realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados e por acompanhar as unidades de conservação da natureza. Sua estrutura conta com membros do governo e da sociedade civil. No governo Bolsonaro, a participação da sociedade civil não empresarial foi reduzida de 22 para quatro membros, e o governo federal passou a ter grande peso decisório, com aumento de 29% para 43% na representação da União. Foram retiradas representações indígenas, científicas – indicadas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – e sanitárias.

MERCOSUL

A posição do governo Bolsonaro em relação às queimadas na Amazônia gerou críticas de países da

União Europeia. Entre agosto e setembro, o parlamento da Áustria se manifestou contra o acordo, assim como o governo da França adiantou que não o ratificará nas atuais condições. Ambos acusam o Brasil de desrespeitar compromissos da cúpula do G20. A Irlanda também demonstrou resistência ao acordo. Como a UE é uma união aduaneira, basta um voto contrário para o acordo ser inviabilizado.

EXPORTAÇÕES

A maior rede de produtos naturais da Suécia (Paradiset) suspendeu a compra de produtos brasileiros. A medida foi tomada após notícias de queimadas na Amazônia e liberação de agrotóxicos. Além de suspender as compras, a rede passou a fazer campanha para que outros compradores também boicotem alimentos brasileiros. A Finlândia sugeriu que a União Europeia pare de importar carne brasileira. O país detém a presidência rotativa do bloco e pediu que a suspensão das importações seja avaliada devido à

destruição na Amazônia. Em 2018, o Brasil exportou 118,3 mil toneladas de carne bovina para a UE, que renderam US\$ 728 milhões. Também a VF Corporation, sediada nos EUA, dona de 18 marcas da indústria têxtil, suspendeu a importação de couro do Brasil. A empresa exige garantias de que os produtos brasileiros não contribuem com danos ambientais ao país.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

O Brasil corre o risco de perder investimentos: 230 fundos que administram R\$ 65 trilhões pedem proteção à Amazônia. Querem que uma “política antidesmatamento” que inclua “comprometimentos quantificáveis” e avalie e torne públicos os riscos que as cadeias de abastecimento impõem às florestas. Tais fundos também pedem um sistema de monitoramento dos parceiros nessas cadeias e relatos anuais sobre a “exposição e gerenciamento do risco de desmatamento”.

PERIGO Desmatamento aumentou 49% em 2019

O sistema de controle do desmatamento está fragilizado. O calendário de desmatamento deste ano – agosto de 2018 a julho de 2019 – aponta o desmatamento na Amazônia Legal de 6.833 km², aumento de 49% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em julho de 2019, o Sistema Deter do Inpe detectou 2.254,8 Km² de desmatamento no bioma – aumento de 278% em relação a julho de 2018, quando foram desmatados 596,6 km². Em 2019, o desmatamento da Amazônia predominou nos estados do Pará (40%), Mato Grosso (20%), Amazonas (16%), Rondônia (15%), Acre (4%) e Roraima (3%).

6.833km²

foi o tamanho da área desmatada na Amazônia Legal entre agosto de 2018 e julho de 2019

O MapBiomas Alerta, sistema de validação e refinamento de alertas de desmatamento que abrange todos os biomas brasileiros, detectou quenos primeiros seis meses de 2019 foram registrados 4.577 alertas no Brasil. E 40% dos alertas validados no primeiro trimestre de 2019 ocorreram em áreas que não poderiam ser desmatadas – unidades de conservação, terras indígenas e áreas de preservação permanente.

No País, 32% das terras da Amazônia são de domínio privado. O restante, 68%, são terras públicas, das quais 14% são reservas onde vivem mais de meio milhão de índios de 305 etnias.

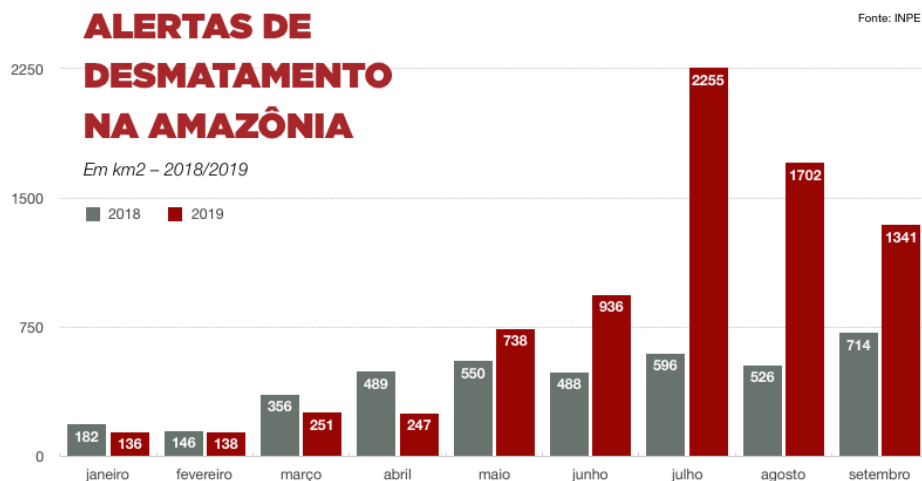
SUSPENSOS OS REPASSES PARA O FUNDO AMAZÔNIA

O Fundo Amazônia, um dos mais importantes instrumentos de conservação ambiental, está sob ameaça devido aos equívocos do governo Bolsonaro. Em maio, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, anunciou que iria usar o dinheiro do fundo para indenizar desapropriações. Em agosto, em razão do aumento do desmatamento e da mudança unilateral, pelo Brasil, dos mecanismos de governança do fundo, a Alemanha suspendeu o repasse de recursos destinados a projetos de proteção à Amazônia.

No mesmo mês, a ministra do Meio Ambiente da Alemanha anunciou a revisão de doações ao Fundo Amazônia e a Noruega bloqueou suas contribuições para o combate ao desmatamento do bioma, uma verba de mais de R\$ 133 milhões destinada ao Fundo Amazônia.

Criado em 2008 pelo governo Lula, o fundo foi anunciado na Conferência do Clima, no ano anterior, e é o mais importante programa de conservação da floresta, considerado iniciativa pioneira no mundo para arrecadar recursos junto aos países ricos com vistas a manter de pé a floresta tropical e ajudar a combater as mudanças do clima.

O BNDES realiza a gestão do Fundo, incumbindo-se da captação de recursos, da contratação e do monitoramento dos projetos e ações apoiados. Entre eles, o programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). Voltado à criação e gerenciamento de unidades de conservação, o Arpa possui 46 projetos só no estado do Amazonas. O fundo arrecadou mais de R\$ 3,4 bilhões em doações, usados para apoiar 103 projetos. Os maiores doadores são Noruega (93,8%), Alemanha (5,7%), e Petrobrás (0,5%).



BOLSONARO REJEITA AJUDA DE EUROPEUS

Em agosto, o G7 ofereceu ajuda de US\$ 20 milhões – cerca de R\$ 83 milhões – para conter os incêndios na Amazônia. O governo Bolsonaro desdenhou da ajuda, alegando que precisava defender a soberania brasileira. O porta-voz da Presidência da República disse que o governo poderia vir a aceitar doações de países e organismos internacionais para combater as queimadas des-

de não houvesse ingerência sobre o uso dos recursos.

O governo Bolsonaro aceitou a oferta de £ 10 milhões – aproximadamente R\$ 51,09 milhões – oferecidas pelo Reino Unido para combater queimadas na Amazônia. O governo britânico não informou ao Itamaraty, porém, se o valor seria descontado do total de repasses anunciado pelo G7.



RESPEITO MUNDIAL O legado dos governos Lula e Dilma

Nos 14 anos de governos do PT, com Lula e Dilma, o Brasil conseguiu conservar a natureza, reduzir o desmatamento e promover o desenvolvimento econômico. O meio ambiente foi uma área fundamental para explicar o êxito dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que ganharam respeito no mundo e passaram a ser vozes respeitadas na comunidade internacional.

A partir de 2005, a taxa de desmatamento da Amazônia começou a cair acentuadamente e se manteve baixa até o final do governo Dilma.

De 2004 até 2016, o Brasil reduziu em 71% a devastação da floresta, aliando a fiscalização intensa ao oferecimento de incentivos e alternativas econômicas às populações locais. Dessa maneira, foi possível impedir o comércio da madeira retirada ilegalmente e estimular atividades que não causassem danos significativos ao meio ambiente.

Diversos programas foram implementados para incentivar as populações locais a conservar a fauna e a flora. A Operação Arco

Verde Terra Legal, por exemplo, levou alternativas sustentáveis a 43 municípios da Amazônia que respondiam, em 2009, por 53% do desmatamento na região. Foram investidos R\$ 317 milhões no financiamento de atividades de agricultura e pecuária. Com isso, houve redução de 23% no desmatamento nesses municípios.

O respeito alcançado pelo Brasil como porta-voz da agenda ambiental levou o país a sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada entre 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro. A oferta brasileira foi feita pelo presidente Lula na Assembleia-Geral da ONU, em 2009.

O objetivo da conferência foi a renovação do compromisso das nações com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes, incluindo as mudanças do clima.

O QUE O PT FEZ PELO MEIO AMBIENTE

Com Lula e Dilma, o Brasil promoveu mudanças na política ambiental brasileira, aprofundando o marco legal para proteger as florestas e garantir a redução dos gases de efeito estufa, influenciando até mesmo no fechamento do Acordo de Paris, adotado em 2016 por 195 países para dar resposta global à ameaça global representada pelas mudanças do clima. Abaixo, alguns pontos do legado do PT.

- A Lei 11.952/2009, sancionada por Lula, prevê dispositivos para evitar a regularização de áreas griladas.
- Foram criadas 49 novas Unidades de Conservação na Amazônia Legal, cerca de 300 mil km². A criação de novas unidades e a ampliação das existentes expandiu em mais de 50% a área protegida.
- Durante os governos PT, houve uma redução de 71% no desmatamento na Amazônia Legal, com uma fiscalização mais rigorosa e a oferta de alternativas econômicas sustentáveis às populações locais.
- Entre 2010 e 2013, o Brasil deixou de lançar na atmosfera uma média de 650 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano e foi líder mundial em redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE).
- Instituído em 2011, o programa Bolsa Verde, beneficiou mais de 64.648 famílias até maio de 2016. Destinado a famílias em situação de extrema pobreza que viviam em áreas de relevância à conservação ambiental, o programa incentivou o uso sustentável dos recursos naturais.



RIO+20
United Nations
Conference on
Sustainable
Development